



ACÓRDÃO Nº851/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11349/2016.

Apenso: Processo nº 13532/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Vander Cleison Pereira da Silva (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Enia Jessica da Silva Garcia Cunha - OAB/AM 10.416.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5835/2022-MP/RCKS, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara de Nova Olinda do Norte, exercício 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Vander Cleison Pereira da Silva**, conforme ditame do art. 1º, II, a) e IX c/c art. 22, III, b, todos da Lei nº 2423/1996-Lei Orgânica do TCE/AM, por: a) Não encaminhamento do art. de execução do objeto do contrato, em descumprimento aos arts. 1º, 2º e 3º, da Lei Federal nº 6.496/77, c/c os arts. 1º, 2º e 3º, da Resolução n. 425/98 do CONFEA; b) Ausência de publicação do Extrato do Termo Aditivo ao Contrato n. 011/2015, ambos consoantes Relatório Conclusivo nº 192/2016-DICOP/Nova Olinda do Norte (fls. 386/403); já no que tange ao Relatório Conclusivo nº 160/2016-DICAMI (fls. 640/665): atraso dos balancetes mensais via sistema e-contas de agosto, de setembro e de outubro, referente ao exercício 2015, isto é, fora do prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c



ACÓRDÃO Nº851/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e não utilização do sistema de controle de registro do patrimônio, nem Secretaria, Departamento ou servidor responsável pela guarda, em descumprimento ao art. 94, da Lei nº 4320/64; bem como, quanto à Notificação nº 01/2016-CI/DICAMI, achado 1: não inclusão do campo 597 (receita corrente líquida) quando da remessa do 1º semestre de 2015 do relatório de gestão fiscal, uma vez que exerceu a titularidade do Poder Legislativo, não podendo, por conseguinte. Renunciar a competência constitucional do exercício do controle externo, conforme art. 31, da Constituição da República; achado 2: Inconsistência de dados informados ao Sistema GEFIS em relação ao Balanço Financeiro da Prestação de Contas Anuais, objeto do Processo TCE 11.349/16, para as disponibilidades de caixa. Enquanto o valor contido no GEFIS soma o montante de R\$ 823.275,39, a prestação de contas anuais, para esta mesma informação, apresenta a quantia de R\$ 32.255,09. Tal situação mostra-se incompatível frente às características da informação contábil citadas na Resolução CFC 1.132/08, tais como: comparabilidade, confiabilidade, fidedignidade e uniformidade; achado 9: Justificar a permanência em Conta Caixa no valor de R\$ 27.252,17 (vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e dois mil e dezessete centavos), contabilizado no Balanço Financeiro, contrariando o art. 156 § 2 da CE/89 e achado 11: Retiradas em espécie no valor de R\$ 42.337,54, (quarenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), da conta 917-2, agência 3748, Banco Bradesco, para realização dos pagamentos dos credores da Câmara, ao invés de utilizar a rede bancária (via transferência, cheque nominal), em desacordo com o preceituado pelo art. 65, da Lei 4320/1964; ainda, pelas doações ilegais ocorridas através dos Projetos de Lei nº 021/2015; 022/2015; 018/2015; 011/2015; 016/2015 e 017/2015 em afronta ao art. 17, da Lei nº 8666/1993;

- 10.2. Aplicar multa ao Sr. Vander Cleison Pereira da Silva no valor de R\$ 13.654.39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), quantum mínimo do art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do



ACÓRDÃO Nº851/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; devido às irregularidades a seguir: a) Não encaminhamento da ART de execução do objeto do contrato, em descumprimento aos arts. 1º, 2º e 3º, da Lei Federal n. 6.496/77, c/c os arts. 1º, 2º e 3º, da Resolução nº 425/98 do CONFEA; b) Ausência de publicação do Extrato do Termo Aditivo ao Contrato n. 011/2015; consoante Relatório Conclusivo nº 192/2016-DICOP/Nova Olinda do Norte (fls. 386/403); no que tange ao Relatório Conclusivo nº 160/2016-DICAMI (fls. 640/665): atraso dos balancetes mensais via sistema e-contas de agosto, de setembro e de outubro, referente ao exercício 2015, isto é, fora do prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e não utilização do sistema de controle de registro do patrimônio, nem Secretaria, Departamento ou servidor responsável pela guarda, em descumprimento ao art. 94, da Lei nº 4320/64; bem como, quanto à Notificação nº 01/2016-CI/DICAMI, achado 1: não inclusão do campo 597 (receita corrente líquida) quando da remessa do 1º semestre de 2015 do Relatório de Gestão Fiscal, uma vez que exerceu a titularidade do Poder Legislativo, não podendo, por conseguinte. Renunciar a competência constitucional do exercício do controle externo, conforme art. 31, da Constituição da República; achado 2: Inconsistência de dados informados ao Sistema GEFIS em relação ao Balanço Financeiro da Prestação de Contas Anuais, objeto do Processo TCE 11.349/16, para as disponibilidades de caixa. Enquanto o valor contido no GEFIS soma o montante de R\$ 823.275,39, a prestação de contas anuais, para esta mesma informação, apresenta a quantia de R\$ 32.255,09. Tal situação mostra-se incompatível frente às características da informação contábil citadas na Resolução CFC 1.132/08, tais como: comparabilidade, confiabilidade, fidedignidade e uniformidade; achado 9: Justificar a permanência em Conta Caixa no valor de R\$ 27.252,17 (vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e dois mil e



ACÓRDÃO Nº851/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

dezessete centavos), contabilizado no Balanço Financeiro, contrariando o art. 156 § 2 da CE/89 e achado 11: Retiradas em espécie no valor de R\$ 42.337,54, (quarenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), da conta 917-2, agência 3748, Banco Bradesco, para realização dos pagamentos dos credores da Câmara, ao invés de utilizar a rede bancária (via transferência, cheque nominal), em desacordo com o preceituado pelo art. 65, da Lei 4320/1964; ainda, pelas doações ilegais ocorridas através dos Projetos de Lei nº 021/2015; 022/2015; 018/2015; 011/2015; 016/2015 e 017/2015 em afronta ao art. 17, da Lei nº 8666/1993;

- 10.3. Determinar a ilegalidade e subsequente anulação dos Projetos de Lei nº 011/2015; 016/2015; 017/2015; 018/2015; 021/2015 e 022/2015**, uma vez que as doações ocorreram em prol de particulares, sem demonstração do interesse público, em afronta ao art. 17, da Lei nº 8666/1993, assim como o retorno e incorporação desses imóveis ao patrimônio de Nova Olinda do Norte;
- 10.4. Dar ciência a Sra. Enia Jessica da Silva Garcia Cunha**, advogada do **Sr. Vander Cleison Pereira da Silva**, inscrita na OAB/AM 10416, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;
- 10.5. Dar ciência ao Sr. Vander Cleison Pereira da Silva**, responsável à época, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;
- 10.6. Arquivar** o presente processo, após cumprida a decisão e prazos regimentais.



ACÓRDÃO Nº851/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Maio de 2023

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luís Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral